

O BLOCO EM LUTA POR UM ESTADO SOCIAL PARA TODOS

ESTE BOLETIM TAMBÉM SUMARIA A REUNIÃO DE 09 DE JUNHO DE 2020

REUNIÃO DE 09 JUNHO/LISBOA (ONLINE) **Análise política** - Sobre a situação política nacional, debateu-se (1) as manifestações antirracistas do dia 6 de junho em várias cidades do país, a grande mobilização alcançada e a importância de nos centramos na defesa do que interessa, contra a violência e o racismo; (2) a remodelação governamental, o novo Ministro das Finanças e a tentativa de continuidade, a possível ida de Mário Centeno para o Banco de Portugal, a crise social e económica, as tensões no interior do governo e as tensões que se agravarão com a esquerda se o governo encetar uma política de austeridade; (3) o despejo violento do edifício ocupado na freguesia de Arroios, onde funcionava Seara - Centro de Apoio Mútuo de Santa Bárbara e a posição da vereação do Bloco (Direitos Sociais) na Câmara de Lisboa.

INFORMAÇÕES - Foram salientadas algumas observações feitas na sessão online, do dia 19 de Maio, com o tema "Que cuidados para os mais velhos?", no âmbito das sessões "AO ENCONTRO ..." transmitidas pelo Esquerda.net, como haver nos lares um rácio trabalhadores/utentes muito baixo, logo ser necessário defender mais trabalhadores por utentes e, também, a falta de prestadores de cuidados de saúde, o número de enfermeiros muito baixo por utentes, logo ser necessário defender uma maior ligação à Delegação de Saúde e mais prestadores de saúde. Foi defendido, ainda, pela oradora convidada a especialização dos lares como uma solução para os problemas existentes - lares para pessoas com autonomia e lares para pessoas com necessidades de cuidados continuados. Quanto ao apoio domiciliário foi defendido que deviam funcionar nos fins de semana e de noite, deviam ser formadas equipas médicas de ação direta e devia apoiar-se mais os cuidadores familiares.

- No dia 03 de Junho realizou-se uma sessão online com o tema "Recomendações pós-confinamento", promovida pela APRe!, que contou com a participação de Aranda da Silva e do nosso camarada José Manuel Boavida. Vários elementos do Grupo +60 assistiram a esta sessão.

- No dia 07 de Junho realizou-se a Mesa Nacional do Bloco de Esquerda, foram salientados os aspetos da Resolução Política aprovada que dizem respeito à temática do Grupo +60, nomeadamente sobre os lares a assunção do compromisso do Bloco de "abrir o debate sobre este modelo de apoio social que privilegia a institucionalização das pessoas dependentes em oposição a um modelo de valorização da comunidade no respeito pelo indivíduo e pela sua história de vida" e a defesa da "criação de um Serviço de Apoio Domiciliário público com contratação pelo Instituto de Segurança Social de trabalhadores para reforço do apoio a pessoas dependentes, com compromissos de formação e vinculação possibilitando uma resposta alternativa à institucionalização de idosos e outras pessoas dependentes."

PRÓXIMA REUNIÃO:

**NÃO
ESQUEÇAS:**

LISBOA | TERÇA, 14 JULHO, 14H30 | ONLINE



- A camarada Filomena Galvão alertou para o facto de os trabalhadores pertencendo a grupos de risco mas que não têm tarefas de atendimento ao público serem obrigados a estar no ativo, apelando a que o Bloco defenda estes trabalhadores/as.

Atualização do Manifesto do Grupo+60.

Foi distribuído previamente um documento com o levantamento das reivindicações do Grupo +60 constantes nos diversos documentos publicados desde 2018 (manifesto, folheto, programa das legislativas de 2019).

Com base neste documento as medidas foram analisadas uma a uma, tendo resultado da análise a manutenção de umas, a eliminação de outras quando consideradas ultrapassadas e, ainda, a alteração da redação de outras. Este trabalho ficou feito até ao ponto das "Autarquias", concluindo-se a aprovação da atualização do Manifesto na próxima reunião mensal.

JÁ DEPOIS DA REUNIÃO

- No dia 23 de junho realizámos uma reunião alargada da coordenação do Grupo +60 online, através da plataforma Jitsi (<https://jitsi.org/jitsi-meet/>). Nesta reunião definiu-se a proposta de ordem de trabalhos da próxima reunião mensal, debateram-se assuntos pendentes e considerou-se prioritário que a coordenação do Grupo +60 tomasse posição sobre um projeto de resolução apresentado na Assembleia da República sobre lares ilegais e desse conhecimento dessa posição à Comissão Política do Bloco, o que foi feito a 24 de Junho (ver no fim do Boletim).

PRÓXIMA REUNIÃO ONLINE - 14 de Julho 2020, às 14h30(*)

Proposta de Ordem de Trabalhos

1. Análise política.
2. Informações.
3. Escolha da coordenação 2020-2021.
4. Atualização do Manifesto do Grupo+60 (conclusão)**.
5. Encontro +60.

*Continuamos a usar a mesma plataforma (<https://jitsi.org/jitsi-meet/>), assim às 14h30, do próximo dia 14 Julho (terça -feira), basta aceder a este link:

https://meet.jit.si/ReuniaoG60_09junho2020

** Utilizar o documento enviado ao Grupo +60, por e-mail, no dia 05 Junho.



Comunicado da coordenação do Grupo +60 sobre o Projeto de Resolução nº 532/XIV do PSD

Por um modelo alternativo aos lares ! Pela fiscalização rigorosa dos lares!

O Grupo +60 tem expressado, em diversos momentos, a sua preocupação com a situação existente nas ERPI/lares, que pertencem maioritariamente ao setor privado e ao setor chamado social (IPSS's), havendo muitos lares ilegais com a conivência das autoridades. A situação de pandemia veio a agravar dramaticamente esta situação com o deflagrar de focos de infeção e a mortalidade associada.

O BE tem defendido como reivindicações principais a criação de uma Rede Pública de Apoio ao Idoso/a, assente num modelo de Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) e de Centros de Proximidade, incluindo, também, as Estruturas Residenciais para Idosos (ERPI) ou seja os lares , a fiscalização regular dos lares de acordo com a legislação que permita uma intervenção corretiva imediata, o investimento na formação de profissionais para o desempenho destas funções. No contexto da pandemia, o BE tem defendido entre outras propostas a requisição pública de clínicas e hospitais privados que fecharam para apoiar nas respostas aos lares, em caso de infeção e a defesa dos direitos de todos os trabalhadores/as nestes espaços no que diz respeito ao cumprimento das normas de segurança e saúde no trabalho, assim como o pagamento de horas extraordinárias e o pagamento do subsídio de salubridade e risco.

Tomámos conhecimento através da imprensa (<https://expresso.pt/politica/2020-06-22-Covid-19-PSD-recomenda-ao-Governo-solucoes-para-regularizar-lares-ilegais-no-pais?>) que o PSD entregou na Assembleia da República, no passado dia 19 de Junho, um Projeto de Resolução que "Recomenda ao Governo um conjunto de medidas com vista a identificar e solucionar o problema dos lares que se encontrem em situação irregular ou ilegal" (Projeto de Resolução nº 532/XIV).

A preocupação do PSD é bem visível, proteger o negócio privado dos lares e, mais grave do que isso, proteger os lares ilegais, à custa dos dinheiros públicos. Fundamentando o Projeto de Resolução na insuficiência de resposta ERPI/lar para uma população crescentemente envelhecida e dela necessitada, da existência estimada de cerca de 35 000 utentes em 3 500 lares ilegais e de insuficiência da intervenção da Segurança Social, conclui pela recomendação de se arranjar formas de facilitar a legalização dos lares ilegais.

À exceção do ponto 1 e 2 do Projeto de Resolução, todas as propostas nos provocam uma viva oposição pelo que implicam:

- premiar o incumprimento das normas legais com um período excecional para cumprir o que já deviam ter cumprido e também questionamos se numa época de pandemia em que estas instituições têm de ter espaços para utentes infetados e utentes não infetados se vai promover um conjunto de obras nos edifícios;



- flexibilizar as normas e limitações atualmente existentes nos lares, de modo a permitir um alargamento da capacidade de acolher idosos, não só se propõe alterar as normas em vez de punir o incumprimento da legislação e das conclusões das auditorias da Segurança Social, como se põe a hipótese de aumentar o número de utentes, quando se sabe que há sobrelotação de muitas destas unidades quando se trata de pessoas com fracos recursos económicos;
- e, ainda por cima, se propõe que o Estado financie a reconversão ou legalização destas unidades com a criação de “instrumentos financeiros de apoio às alterações que venham a ser necessárias por via da reconversão e legalização destas unidades”.

O Grupo +60 reitera a defesa de que só uma rede de lares públicos com preços adequados aos rendimentos, sem fins lucrativos, sempre que for a resposta necessária, poderá dar as condições indispensáveis a um bem estar que os idosos/as merecem pelo que já contribuíram para a sociedade e a um fim de vida com dignidade.

24 de Junho de 2020

A coordenação do Grupo +60

Berta Alves

António Baião Costa